

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Cármem Lúcia assume o comando da corte eleitoral

Ministra será responsável por conduzir eleições municipais no País

/ ELEIÇÕES 2024

A ministra Cármem Lúcia tomou posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ontem à noite, em sessão solene realizada no plenário da corte, em Brasília. Na mesma ocasião, o ministro Nunes Marques foi empossado vice-presidente da casa.

A nova presidente será responsável por conduzir as eleições municipais de 2024 e ficará no cargo pelo mandato de dois anos. Ela substituiu Alexandre de Moraes no cargo. A eleição da ministra Cármem Lúcia e do ministro Nunes Marques para os cargos ocorreu no dia 7 de maio, durante sessão plenária do TSE.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse na rede social X que tanto Alexandre de Moraes quanto Cármem Lúcia “têm conhecimento e coragem” para comandar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dino desejou “sorte e sucesso” à colega.

“Desde logo homenagem e agradeço ao ministro Alexandre de Moraes pelo brilhante trabalho em defesa da Constituição e das leis. Ambos - Carmen e Alexandre - têm conhecimento e coragem, atributos essenciais para exercer a Judicatura em tempo tão difícil, no qual gritos, ameaças e ‘críticas’ supostamente ‘isentas’ tentam empurrar o STF e o TSE para o caminho trevoso da prevaricação, do medo, da conivência com ilegalidades e com seus perpetradores”, afirmou Dino.

Mais cedo, o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jor-



Cármem Lúcia integra o Tribunal Superior Eleitoral desde 2008

ge Messias, também prestou uma homenagem a Moraes no X. “Não há dúvidas de que, mesmo diante de claras tentativas de subverter as regras do jogo democrático, o TSE, sob sua competente liderança, tomou as medidas necessárias para manter o equilíbrio democrático e institucional do nosso País.”

Messias também parabenizou Cármem Lúcia e o ministro Kássio Nunes Marques, que será vice-presidente do TSE. “Eles terão a crucial missão de avançar no fortalecimento das instituições democráticas brasileiras e de conduzir as eleições municipais de 2024. Desejo-lhes muito sucesso e que Deus os abençoe em suas novas funções”, disse.

Natural de Montes Claros (MG), a ministra Cármem Lúcia se formou em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG) e fez mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também atuou como professora titular de Direito

Constitucional da PUC-MG, advogada e procuradora do estado. A ministra integra o Supremo Tribunal Federal há 18 anos.

Cármem Lúcia compõe o TSE desde 2008, quando foi eleita para o cargo de substituta para uma das vagas do Supremo. No mesmo ano, o colegiado a elegeu diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TSE). Em 2009, foi empossada ministra efetiva. Nas eleições gerais de 2010, atuou como vice-presidente da corte e assumiu a presidência do tribunal em 2012. Com isso, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo na história e comandou as eleições municipais daquele ano. Em novembro de 2013, a ministra deixou o TSE após o fim do mandato.

Em 2020, Cármem Lúcia retornou à corte eleitoral como ministra substituta. No ano de 2022, foi empossada integrante efetiva do colegiado e, no início de 2023, a ministra tornou-se vice-presidente do TSE, atuando ao lado do ministro Alexandre de Moraes.

Governo é contra privatização de praias, diz Padilha

/ CONGRESSO NACIONAL

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem que o governo federal é contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pode privatizar áreas da União no litoral brasileiro. Padilha ainda afirmou ser positivo que o Congresso tenha realizado uma audiência pública para tratar da questão e que o tema só ganhou ressonância com a briga virtual entre Luana Piovani e Neymar.

“O governo tem posição contrária a essa proposta. O governo é contrário a qualquer programa de

privatização das praias públicas, que cerceia o povo brasileiro de poder frequentar essas praias. Do jeito que está a proposta, o governo é contrário a ela.”

Padilha minimizou a retomada de discussão da PEC, afirmando que ela apenas foi discutida pela Comissão de Constituição e Justiça, em uma audiência pública. Indicou que não há risco, por enquanto, de que a proposta vá à votação.

O ministro ainda acrescentou que foi positiva a realização da audiência. “Foi bom a audiência pública, deu visibilidade a um tema que vocês (jornalistas) não estavam

acompanhando, até a Luana Piovani e o Neymar entrarem no tema. Todo mundo agora está sabendo que o tema existe.”

O Senado retomou na última semana de maio as discussões em torno da polêmica PEC que transfere terrenos de marinha em áreas urbanas da União para estados e municípios ou para proprietários privados. O debate ultrapassou os limites do Congresso e da Esplanada e se intensificou com o bate-boca virtual entre a atriz e o jogador - que anunciou recentemente parceria com uma construtora para empreendimentos na beira do mar.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Imóveis ociosos do governo

O deputado federal gaúcho Ronaldo Nogueira (Republicanos) protocolou projeto de lei que autoriza o Executivo destinar os imóveis próprios ociosos para fins de moradia ou pequenos negócios.

Moradia e pequenos negócios

Ronaldo Nogueira (foto) diz que muitos dos imóveis ociosos em áreas nobres nas cidades são de propriedade da União, serviram um objetivo por um determinado tempo, e hoje não cumprem mais a finalidade. “Estima-se que são mais de 500 imóveis ociosos de propriedade da União, esses em situação de abandono, sem contar com espaços ociosos em imóveis subocupados por órgãos públicos que, se promover uma reorganização funcional, poderão ser disponibilizados para um número muito maior de moradia ou pequenos negócios.”



Déficit habitacional

“O déficit habitacional no Brasil é de mais de 6 milhões de moradias, com 20 milhões de pessoas vivendo em favelas, e atualmente cerca de 4 milhões de pessoas moram em áreas consideradas de risco. Essas áreas estão sujeitas a eventuais desastres, e podem, por exemplo, sofrer com tragédias causadas por fortes chuvas como deslizamentos e enchentes. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, nas últimas enchentes, mais de 2,3 milhões de pessoas foram afetadas de alguma maneira, e 580 mil estão desalojadas”, diz o deputado.

Pequenas empresas

O Brasil possui em torno 3,77 milhões de pequenos negócios, representando 96% das empresas no Brasil, 32% do PIB Nacional e 75% dos empregos formais no País. Muitos desses pequenos negócios não conseguem expandir seus projetos por conta da falta de recursos e a ausência de uma política pública eficaz voltada para o setor.

Geração de empregos

“As pequenas empresas desempenham um papel vital na geração de empregos e, consequentemente, no crescimento econômico das cidades”, argumenta Ronaldo Nogueira, acrescentando: “isso porque os pequenos negócios estão diretamente relacionados com as famílias brasileiras. Inúmeros lares contam com o sustento proporcionado por elas. Os próprios empreendedores também dependem do negócio para prover o sustento de suas famílias”.

Enchentes no Rio Grande do Sul

As últimas enchentes no Rio Grande do Sul afetaram mais 9 mil microempresas, e 40% dessas não terão condições de voltar às atividades se não tiverem uma política pública eficiente e rápida por parte do governo.

Celeridade da proposta

A celeridade dessa iniciativa é de fundamental importância para a estabilidade social e econômica do País.

Controle de enchentes

Senador licenciado, o gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) defende a retomada de cinco projetos para contenção e controle de enchentes, desenvolvidos entre 2012 e 2015, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os estudos, paralisados nos últimos anos, foram atualizados e entregues oficialmente ao vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB). Heinze detalha que as medidas são soluções viáveis para evitar que os excessos de águas inundem os municípios da Região Metropolitana.